

Hoje o Brasil está em festa. Uma das maiores aspirações de nosso povo está se concretizando: representantes livremente escolhidos pela sociedade estão sendo empossados, na Assembléia Nacional Constituinte. O fato tem importância histórica e é o resultado de muitos anos de luta.

Durante vinte anos, o povo brasileiro foi submetido a constituições outorgadas ou impostas. Modificadas arbitrariamente por governos autoritários. A última destas, ainda em vigor, foi outorgada por uma junta militar.

Na sociedade brasileira formou-se um consenso no sentido de que só através da implantação de um poder legitimado pela vontade de toda a população se poderia ultrapassar as violentas contradições que o arbítrio impunha à sociedade. A campanha pela eleição de uma Constituinte se impôs de tal maneira que mesmo o último presidente do período autoritário a admitiu como necessária. Era o desejo de toda uma sociedade que queria se aprimorar, que queria ser civilizada, ser democrática e parecer com as demais nações avançadas.

O povo votou, escolheu livremente seus representantes. Agora espera deles um trabalho fundamental: o de elaborar uma Constituição que simultaneamente dê uma ordenação jurídica para o Brasil e abra caminhos para seu progresso e aperfeiçoamento. Estas expectativas populares são importantes e têm de ser levadas em conta pelos eleitos.

Existe um consenso de que estamos vivendo num emaranhado jurídico contraditório e sem legitimidade. A atual Constituição tem mais emendas que texto inicial. Foi outorgada e não resultou da vontade popular. Isto é intolerável.

A vontade popular está aí representada. É o retrato de nossa sociedade no momento atual. Negar este fato seria romper com os ditames básicos da democracia. Tivemos uma das eleições mais livres de nossa história. Nenhuma força política foi excluída. Não existiram irregularidades maiores. A Constituinte representa o Brasil e traçará seus destinos para os próximos tempos.

O povo espera da Constituinte uma Carta Magna que seja clara o máximo possível, que retrate as relações entre os diferentes poderes e que consagre as aspirações de progresso das diferentes regiões e setores de nossa população.

Fornecer este resultado é a obrigação, o dever histórico dos atuais constituintes. É bem verdade que cada segmento da população escolheu seu representante. Teremos uma Constituinte complexa em que existirão representantes que são portadores das aspirações de segmentos populacionais com interesses divergentes. É próprio da democracia. Este é o regime em que as contradições sociais não são negadas. Ao contrário, o que a democracia faz é fornecer os instrumentos de regulação das negociações.

A tarefa mais difícil dos constituintes será seguramente a de se colocarem acima dos interesses específicos que sustentaram

suas aspirações políticas e de pensarem no Brasil como um todo. Não podem se comportar como advogados de grupos ou setores, mas como representantes de todo o povo. É isto que se espera de cada um deles. Se assim agirem ficarão na história como os elaboradores de uma Constituição durável.

É sem sentido a polêmica em torno do caráter da Constituição, se ela deve ser um trabalho de técnicos ou exprimir a vontade dos políticos. Ela tem de ser o documento político básico da nação. Deve resultar da vontade popular que nas urnas, em votação secreta, escolheu seus representantes. Os técnicos, por brilhantes que sejam, só podem assessorar na forma da Constituição. É evidente que entre os escolhidos dos eleitores existem juristas que são capazes desta tarefa.

Um problema delicado é o da relação entre os constituintes, e de forma mais larga entre a Constituição e a sociedade em geral. É neste domínio que se colocam indagações que são fundamentais e que não podem ser omitidas. São legítimas as pressões de grupos sociais específicos sobre os eleitos do povo? No terreno dos princípios isto seria inconcebível. O legislador deve votar de acordo com sua consciência e sem qualquer espécie de constrangimento. Entretanto, sendo a democracia o regime que reconhece a contradição social, a resposta não pode ser simplista. Tendo em vista a importância histórica do trabalho constituinte um diálogo permanente com a sociedade deve ser mantido.

Da mesma maneira que não se pode admitir coerção dos legisladores, não é aceitável que os representantes do povo se isolem dos diferentes segmentos da população e se comportem como advogados dos setores a que são mais ligados.

Mesmo antes da posse dos eleitos, vários estudos e coletas de opiniões da sociedade foram realizados por diferentes órgãos, tanto estatais como privados. São subsídios importantes para aqueles que estão tomando posse hoje.

A sociedade brasileira está, hoje, de olhos no que se passa no Congresso Nacional. Aí estão concentradas as esperanças de milhões de cidadãos. Mais do que isto, o futuro de nossa vida política está na dependência do trabalho que será realizado pelos constituintes.

No fim da última Guerra Mundial, constituintes eleitos livremente elaboraram uma Constituição. Ela durou pouco tempo, vítima de uma evolução contraditória de nossa sociedade. Devemos nos precaver contra a tentativa de atribuímos à Carta Magna a virtude de corrigir todos os males de nossa sociedade. Entretanto, ela deve ser de tal forma normativa que salve os interesses dos mais fracos, de tal forma flexível que não se torne obsoleta e permita a evolução da sociedade. Afinal os constituintes legislam para um período longo da vida de nossa sociedade. Têm de pensar que o Brasil quer se aprimorar e ser grande.